



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
De <u>31</u> / <u>08</u> / <u>2004</u>
<i>EOM</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 13807.008470/2001-77  
Recurso nº : 124.257  
Acórdão nº : 203-09.459

Recorrente : MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

**PIS. LANÇAMENTO PARA PREVENIR DECADÊNCIA. DESCABIMENTO DE INCLUSÃO DE MULTA DE OFÍCIO. ADEQUAÇÃO DO CÔMPUTO DE JUROS MORATÓRIOS.** ARTIGO 63 DA LEI Nº 9.430/96 E ARTIGO 161 DO CTN. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, atribuída por medida judicial, não impede o cômputo de juros em lançamento realizado para prevenir decadência. A medida judicial que suspende a exigibilidade de crédito tributário não tem o poder, *ipso facto*, de alterar o termo do dever imputado ao sujeito passivo, razão pela qual a não observância do mesmo caracteriza, em tese, inadimplência da qual irrompe a possibilidade de contagem de juros à dívida fiscal.

**Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2004

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

César Piantavigna  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Atulim (Suplente), Valmar Fonsêca de Menezes, Valdemar Ludvig, Maria Teresa Martinez López, Luciana Pato Peçanha Martins e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.  
Ausente, justificadamente, a Conselheira Maria Cristina Roza da Costa.  
Eaal/cf/ovrs



**Processo nº : 13807.008470/2001-77**

**Recurso nº : 124.257**

**Acórdão nº : 203-09.459**

**Recorrente : MANGELS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

### RELATÓRIO

Em 20/08/2001 foi imputado débito de PIS à Recorrente, mediante auto de infração (fls. 102/104) lavrado para prevenir a decadência, no montante de R\$ 95.127,28, que, com acréscimos de juros e multa, alçou a cifra de R\$ 195.785,48.

A pendência resultaria de inadimplência da contribuinte no que respeita ao período de 02/99 a 12/99, caracterizada por recolhimentos efetuados com base na Lei nº 9.715/98 ao invés da preconizada na Lei nº 9.718/98, autorizados por liminar que foi confirmada em sentença (autos nº 1999.61.00.008127-6 – fls. 80/86).

A exigência fiscal foi impugnada às fls. 107/117, tendo a Recorrente alegado a impropriedade da inclusão de juros e multa no lançamento.

Sobreveio decisão (fls. 182/186) na qual se excluiu, da cobrança fiscal, a multa de ofício.

Recurso (fls. 189/203) da contribuinte, no qual se investe contra a inclusão dos juros ao lançamento.

É o relatório, no essencial (artigo 31 do Decreto nº 70.235/72)



Processo nº : 13807.008470/2001-77  
Recurso nº : 124.257  
Acórdão nº : 203-09.459

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR CÉSAR PIANTAVIGNA

**Não vejo razão na insurgência da Recorrente.**

De fato, os autos não revelam preenchida a hipótese do artigo 151, II, do CTN, hábil a afastar o cômputo de juros ao débito imputado à Recorrente. Bem diversamente, a Recorrente sustenta a inaplicabilidade de tal rubrica em virtude de contar com a suspensão da exigibilidade da dívida que lhe é atribuída, em decorrência de medida judicial (artigo 151, IV, do CTN).

Veja-se que o texto codificado é claro em dizer que se opera a suspensão da exigibilidade do crédito, apenas! A norma aludida não cogitou de deslocamento do termo do dever tributário imputado ao sujeito passivo do PIS, é válido dizer-se que se trata de coisa bastante distinta.

Logo, estando o vencimento do dever tributário previsto legalmente, não há como sustentar-se que medida judicial tenha o condão de deslocá-lo, ou de erradicar seus efeitos de forma definitiva, principalmente quando o provimento jurisdicional ainda não se tenha revestido de tal aspecto (definitividade).

Decerto: só a definitividade da decisão judicial implicaria na inexistência de dever tributário e, por conseguinte, de seus consectários, dentre estes os juros moratórios (lembmando-se que a multa de ofício é descabida, na situação vertente, por força da expressa regra do artigo 63 da Lei nº 9.430/96).

Entretanto, cuida-se de dever tributário existente que somente encontra-se com seus efeitos suspensos, não se podendo daí dizer que também teve o seu termo alterado, de forma que em tese não permitisse a produção dos reflexos inerentes à sua não observância, qual seja, incorrer-se no pagamento de juros.

A mensagem do artigo 161 do CTN guarda perfeita sintonia à situação examinada, servindo de suporte às observações lançadas anteriormente.

Ante ao exposto, sinto-me premido a negar provimento ao recurso voluntário para manter a cobrança refletida no auto de infração inserto às fls. 102/104.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2004

CÉSAR PIANTAVIGNA